

O Trabalhador

ANO V

Tip. União Gráfica R. de Santa Marta, 158 — Lisboa
1 DE DEZEMBRO DE 1938

Director e Editor: Manuel de Anunciada Soares
Propriedade da Empresa da Revista Renascença, L.^{da}

Redacção e Administração: R. Copelo, 5 — 2.º, Esq.
QUINZENARIO — Avulso \$30

TECELAGEM DE ALGODÃO O LIVRO EMPRESAS ESTRANJEIR

Vai grande clamor nas indústrias têxteis de algodões contra os despachos sobre salários mínimos que vietam afectar aquella industria.

Clamor surdo, é verdade. Mas clamor perigoso porque se manifesta exercendo verdadeiras tiranias sobre o operariado, a eterna vítima das evoluções sociais e económicas.

Ora o despedimento, ora a exigência tola de determinada produção diária nos teares, ora uma vigilância descabida, ora sofismas nas folhas e talões de férias, ora ainda a ameaça permanente sobre a cabeça dos trabalhadores: tais são as manifestações ruidosas do clamor quasi geral.

Não se atreva a resistência aberta, leal e pública. Preferejam a resistência passiva e desleal, para convencer os que têm aos ombros o pesado dever de mandar, de que a industria não comporta semelhantes encargos.

E contra este sofisma salio que queremos protestar.

Durante largo tempo, todo aquêl que se lembrasse de montar uma fabrica ou fabriqueta de tecelagem de algodão tinha de antemão a certeza de que era bem sucedido. Mais do que isso, não só era bem sucedido, como até conseguia aumentar a fabrica e anealhar grossos rendimentos, em muito pouco tempo.

Era, e ainda é, vulgar um industrial, por mais improvisado que fosse, conseguir, em 2 ou 3 anos, amortizar o capital gasto na montagem da fabrica. As acções das sociedades anónimas, subiam rápida e «consoladoramente», a ponto de, por exemplo, a Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe ter as suas acções nominaes de 100\$00 a valer actualmente mais de 4.000\$00!

Nestas condições favoráveis, multiplicaram-se os industriais, sobretudo em certas regiões, mais do que cogumelos.

Só no distrito de Braga funcionam, das legalmente autorizadas, 161 fabricas têxteis!!

E evidente que este aljofre de patões, armados em indústrias à pressa e sob o império da ganancia, deveria criar, um dia, uma situação insustentável.

Primeiramente montaram-se as fabricas sem condições razoáveis de produção económica. Em segundo lugar, não só a aparelhagem é deficiente, como a direcção técnica é quasi sempre nula. Por fim, de todo o agricultor se fez um operário em meia dúzia de dias, collocando-se os mais espertos à frente de serviços e secções para que não tinham preparação nenhuma.

Emquanto a falta de técnica e de competência foi suprida pelos baixos salários, ainda a coisa correu bem. Quando o Estado resolveu pôr cõbro definitivo à exploração do trabalhador, então começaram os queixumes, as resistências, as falcaturas, a mentira, a insensatez, o orgulho, o capricho e até a estupidez a querer corrigir o erro inicial.

E a grande preocupação continua a mesma: salvarem-se com os salá-

xos salários e com a violência sobre o operário!

Como os sindicatos fazem contravapor a esta demência colectiva, perseguem-se os operários sindicalizados, despedem-se irremediavelmente os que fazem propaganda sindical e até os próprios presidentes dos Sindicatos!

Ninguém de bom senso poderá apoiar ou desculpar sequer uma tal atitude.

O remédio para este mal tem de se procurar noutra parte.

Não nos pertence a nós, jornal de operários, propor ou indicar os remédios. Compete-nos apenas não consentir que a loucura colectiva tripudie sobre o trabalho.

Vale mais um operário só do que todas as riquezas do mundo. Vale mais uma familia do que todas as fabricas juntas.

Ponham-se os problemas como eles devem ser postos e deixe-se de abusar do trabalho humano para salvar umas fabriquetas que nunca deveriam ter existido.

O que fica dito servirá de resposta aos apressados julgadores da nossa atitude que vêm em nós uns agitadores impeminentes.

Felizmente, há, ao menos, senso e verdade no que temos dito e afirmado.

Quando a nós, o mal curar-se-ia, com escolas de aperfeiçoamento técnico que preparassem os operários para o trabalho consciente e inteligente, valorizando e aumentando a produção; com a elevação dos salários e com o estabelecimento do salário familiar; e com a consequente proibição inteligente do trabalho feminino, sobretudo da mulher casada.

Teríamos assim salva a familia operária, salvas as fabricas bem montadas e apetrechadas, salvos os filhos e filhas dos operários e salva também a dignidade.

Talvez tivessem de acabar umas tantas dezenas de fabricas. Mas isso em nada prejudicaria a Nação e em nada prejudicaria o operário, desde que se garantisse ao chefe de familia o salário suficiente para o sustento do seu lar, e a providência organica da para o libertar das preocupações da doença, do desastre, da velhice e da morte prematura.

Tudo o que não for isto, é errar o caminho e aumentar o mal e os abusos.

A. V.

DR. ABEL VARZIM

Foi com muito prazer que tivemos conhecimento de que o nosso prezado compoheitor de trabalho, sr. Dr. Abel Varzim, obteve o 4.º lugar na votação para a Assembleia Nacional. Isto mostra a influencia que já vai tendo o nosso jornal e que o país, na sua generalidade, está com êle na defesa vibrante da Justiça.

Pede-nos este nosso prezado amigo para, em seu nome, agradecermos às muitas pessoas que lhe enviaram cumprimentos pela sua eleição a deputado. Efectivamente é-lhe impossível encontrar tempo para agradecer pessoalmente a cada um.

Fica o recado da de.

E pelo livro que se propagam as ideias, os costumes e os sentimentos do escritor ou de um povo; e através do livro que ensinam as primeiras letras às crianças que mais tarde servindo-se doutros os tornam os grandes homens; é pelo livro que se ensinam as boas acções, sentimentos e virtudes, como também, por êle, se ministram as primeiras lições dos maus costumes e os sentimentos baixos.

Pelo livro se educam gerações; pelo livro se corrompem muitas almas. Pelo livro se formam educadores e sábios; pelo livro se formam as almas de lama, que com o seu exemplo contaminam todos à sua volta.

Sistematizando: pelo livro se ensina o Bem, pelo livro se ensina o Mal.

Vem tudo isto a propósito de eu, casualmente, deparar com um livro moderno, traduzido por um bom escritor português — e por isso é ainda maior a minha admiração — que no meu entender é um livro perigosissimo quanto aos costumes que o mesmo apresenta numa linguagem suja.

Os escritores como aquêl que escreve o livro que achei escabrosos apresentam geralmente como defesa um fundo moral, mas primeiro que se chegue a encontrar esse ponto de moralidade já o leitor está corrompido pela matéria antecedente.

E pena é que livros como estes circulem livremente pelas livrarias.

Há, julgo eu, uma comissão de censura que revê todas as obras saídas a lume e por cujo motivo andam por aí livros daquêl quilato que só servem para desmoralizar?

É necessário que haja mais escrupulos na censura dos livros para que termine o facto bastante lamentável de aparecerem nas montras das livrarias romances escritos sómente com o fito de envenenarem e corromperem a alma de quem, voluntária ou involuntariamente, os leia.

Essa censura deve também incidir sobre aquêlles livros que nos apresentam no final — como reduto de salvação — um exemplo moral, mas que já vem tarde devido ao assunto anterior ter sido tratado escabrosamente e ter occupado a maior parte da matéria nêllo contida. Mesmo para êsses não deve haver condescendências, pois que um assunto pode ser tratado de forma a não prejudicar os sentimentos do leitor. A linguagem grosseira não tem cabimento nos livros escritos ou traduzidos, num país que se pressa de ser bastante civilizado como Portugal.

Pode-se entreter a moicidade feminina ou masculina com boas leituras, alegres ou tristes, dramáticas ou hilariantes, mas todas elas devem obedecer a um prisma de moral, o qual, de modo nenhum, deve ser ultrapassado.

É muito grave a responsabilidade do escritor que pensa compôr ou traduzir um livro, pois que compreendo que um livro só deve ser escrito para educar o leitor e não para deturpar a sua mentalidade.

O livro deve ser feito para educar e confortar a coração e não para criar a animallidade ou o ódio no intimo do leitor, por vezes, desprevenido.

COBRANÇA

Estão a seguir para o cobranço os recibos referentes ao semestre de Novembro do Maio.

Pedimos uma vez mais aos nossos prezados assinantes o favor de não deixarem vir olvidados os recibos, por sua culpa.

Se quem trabalha neste campo pode imaginar o prejuizo e o arrelia que isso nos causa.

Esperemos e contemos com o vosso bom vontade!

Este número foi visado pela Commissão de Censura.

Dissemos no último número, que voltaríamos ao assunto das Empresas estrangeiras, porque tínhamos ainda muito que contar.

Não nos move nenhuma má vontade contra essas Empresas, a muitas das quais devemos, aliás, grandes serviços prestados ao país. Mas porque desconhecem, por certo, que o movimento de resgate nacional attingiu todas as camadas sociais e, sobretudo, as camadas operárias e trabalhadoras, procedem, por vezes, como se estivessemos ainda em regime de pura exploração do trabalho.

Vai longe o tempo em que Portugal era considerado uma espécie de «protectorado» inglês e em que era natural pensar fazer do trabalho português um meio de enriquecer à custa do nosso esforço mal pago, porque tudo como trabalho de semi-pretos.

É necessário, por isso, fazer compreender às Empresas estrangeiras que tudo vai mudado, que retomamos a consciência da nossa liberdade e da nossa dignidade e que é urgente ter em conta este sentimento colectivo, para se evitarem desagradáveis conflitos.

Como não é costume nosso falar por falar, vamos a casos concretos. E comecemos pela Companhia dos Telefones, ou, para melhor dizer, pela The Anglo-Portuguese Telephone C.º L.º.

Além dos factos gerais apontados em nosso número de 15 de Novembro, de que esta Empresa também se não liberta, somos obrigados a protestar contra outros factos que consideramos graves.

Referimo-nos ao horário de trabalho das telefonistas das estações extra-urbanas que são obrigadas a trabalhar, em muitos casos, 16 horas seguidas — o que é contrário à letra do decreto n.º 24.402 e expressamente prohibido por um despacho do Sub-Secretário das Corporações, de 10 de Agosto de 1936. Embora paguem a estas telefonistas dois dias de trabalho, a lei portuguesa não consente tal horário.

Mas há mais e pior. Há bastantes telefonistas assalariadas que são forçadas a trabalhar 24 horas seguidas (vinte e quatro!) por 10\$00!

Não só o ordenado é miserável, como é incomportável para um organismo feminino um trabalho consecutivo de tal duração. E isto com a agravante de terem estas telefonistas de prestar serviço em estações e terras diferentes, algumas em localidades diferentes, na mesma semana!

Com este processo de agir, tem a Companhia realizado, evidentemente, muitas economias e uma delas é a de substituir pessoal contratado por pessoal assalariado, a quem pagam apenas quando precisam do seu trabalho. Por isso têm sido despedidas muitas empregadas e continuam a ser despedidas outras, que se nos veem queixar.

Em certos pontos menos importantes, nem sequer assalariados têm, e aparecem os engenhosos pontos de ligação ou coisa semelhante, manejados por uns agentes (tudo, menos

empregados da Companhia... caso sabemos nós em que o se feito numa escola e os freguês frequentemente atendidos, ac ne, pelos alunos. E isto, para parem umas centenas de numa Companhia que de tantas centenas de contos.

O público, que desconhece coisas, quando é mal servido — se de compor maldiciada pobre empregada que, tanta tá alerta há perto de 24 ho

Sejamos mais humanos e licados, respeitando o trabo queelas raparigas que, além têm sido por vezes forteme ploradas.

Queremos acreditar que a da Companhia desconhece as ticularidades, porque se não pa com coisas pequenas.

Para que as veja, já que um funcionário português que ve ao conhecimento dela, este este artigo.

E escrevemo-lo também J a Fiscalização do Trabalho (actuar, como é do seu dever tratando, as coisas se não rem.

Continuaremos o assum doutras Companhias nos têr do também amargas que! preciso impor a todas resp trabalho português e pelos dores portugueses.

MINAS DA PANASQUE

É com muito prozer que pa aos nossos prezados amigos e da Panasqueira que estão pres em aturado estudo os reclamo os operários, têm apresentado mos tempos.

Obtivemos a certeza de q em breve, umos após outras, nisteitas as reclamações que f tos. Também nos informam a Companhia está na disposição der com rapidez e boa vont que lhe fôr proposto pelas a cooperativas. Folgamos muito esta noticia que nos vem trazer esta certeza de que a noss esta do deserto e de que os p temos dado para resolver êst não têm sido perdidos.

Aconselhámos agora os nos dos camaradas a esperar, com os dias que faltam para veri dos alguns dos seus principa Mais do que nunca é neces prevenida contra todos aquêl tendam fazer agitação e desc que vos querem levar para a e ça, para o descontentamento e sordem.

Camaradas e amigos! Cheg da paz, da justiça e da verd Algumas repressões têmõ dar, pela maneira como algu procedem às vezes, mas isso outra vez, porque não quer juntar noticias alegres com de: ras. Mas havemos de as dar, mos vossos amigos e o verdade não é aquêl que lisonjeia, r diz a verdade tôda e reeprer fôr preciso. Neste momento mais do que nunca a máxima ra não perderdes, com a voss: o que tanto tempo custou a O!hai que vos fala o vosso m — «O Trabalhador».